

DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS FINAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

HOLANDA, Magno de Souza¹

RESUMO

O artigo aborda os desafios do ensino de História nos anos finais da rede pública de ensino. Sabe-se que os conteúdos de História tratados em sala de aula interferem nas crenças e valores dos alunos diante das questões do mundo contemporâneo e, nesse processo o professor tem papel fundamental no repasse dos assuntos, contemplando o ensino de História e abordando temas que instigue o senso crítico, tornando o ensino mais dinâmico e estimulante, uma vez que essa disciplina é vista como maçante e cansativa. A BNCC vem reforçar a importância de um ensino equitativo para todos e preza pelo o ensino de História mais contextualizado. Neste sentido, o objetivo geral do artigo é compreender os desafios do ensino de História na rede pública de ensino e os objetivos específicos são analisar o ensino de História no novo cenário cultural; descrever o papel do docente no ensino de História; avaliar o ensino de História na rede pública de ensino e conceituar a BNCC e os desafios na elaboração do currículo de História. O tema escolhido se deu devido a necessidade de estruturar e construir estratégias de ensino que vise incitar a curiosidade dos educandos das escolas públicas. A pesquisa é de caráter bibliográfico, que, em síntese, envolveu leitura, pesquisa e seleção dos principais trabalhos científicos que versa sobre o tema que são repletos de grande importância, uma vez que proporcionam uma importante exposição teórica. Da pesquisa depreende-se que o ensino de História na rede pública sempre foi repleto de desafios, sendo necessários estratégias para que as aulas despertem interesse nos estudantes.

Palavras chave: Desafios. Ensino de História. Rede Pública.

ABSTRACT

The article addresses the challenges of teaching History in the final years of public schools. It is known that the contents of History treated in the classroom interfere in the beliefs and values of the students in the face of the issues of the contemporary world and, in this process, the teacher has a fundamental role in passing on the

¹ Doutorando e Mestre em Ciências da Educação - Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA - Py. E-mail: msholanda@uol.com.br.

subjects, contemplating the teaching of History and approaching themes that instigate critical sense, making teaching more dynamic and stimulating, since this subject is seen as boring and tiring. The BNCC reinforces the importance of equitable teaching for all and values the teaching of History in a more contextualized way. In this sense, the general objective of the article is to understand the challenges of teaching History in the public school system and the specific objectives are to analyze the teaching of History in the new cultural scenario; describe the role of the teacher in the teaching of History; to evaluate the teaching of History in the public school system and to conceptualize the BNCC and the challenges in the elaboration of the History curriculum. The chosen theme was due to the need to structure and build teaching strategies that aim to incite the curiosity of students in public schools. The research is of a bibliographic nature, which, in short, involved reading, research and selection of the main scientific works that deal with the topic, which are full of great importance, since they provide an important theoretical exposition. From the research, it appears that the teaching of History in the public network has always been full of challenges, requiring strategies for classes to arouse interest in students.

Keywords: Challenges. History Teaching. Public network.

INTRODUÇÃO

O artigo versa sobre os desafios do ensino de História nos anos finais da rede pública de ensino. É sabido que estudos sobre a História nas escolas públicas e privadas brasileiras evidenciam que essa matéria teve um percurso repleto de confrontos, sob condições específicas dado os problemas derivados de uma política educacional complexa que tem feito a sociedade brasileira viver em constante disputa por uma educação adequada à crianças e jovens.

Debater sobre uma base curricular comum é essencial para diminuir as desigualdades educacionais de um país. E ao ser definido o que é fundamental ao ensino de todos em cada fase da vida escolar, tem-se um caminho eficiente para uma aprendizagem adequada, assim os critérios de qualidade e as expectativas de aprendizado podem ser cobradas com maior eficiência.

São diversas as vertentes da disciplina de História e é comum afirmar que nessa matéria se estuda o passado para ensinar a viver no tempo presente e construir o futuro. No entanto, refletir a respeito das experiências vivenciadas pela humanidade no tempo-espaço dá a oportunidade dos estudantes terem contato não somente com uma gama de informações históricas que formam uma memória coletiva, como também ampliar esse contato com inúmeros procedimentos técnicos específicos para a compreensão das relações e entidades sociais.

O estudo da história pode explicar as questões que envolve a função do docente, como também questões que se acumulam anualmente em salas de aula e que atrapalham o percurso desses profissionais. Pensar o ensino de História em sua historicidade enseja a busca constante e definitiva de uma clara compreensão do que significa ensinar História nas escolas públicas nos dias de hoje.

A padronização elencada pela BNCC tem o objetivo de tornar a aprendizagem desta disciplina mais equitativa, ou seja, os estudantes terão a oportunidade de exercitar o domínio cognitivo com o conjunto de fatos, juntamente com procedimentos e atitudes que irão contribuir para o conhecimento e desenvolvimento do pensamento histórico. Esse desenvolvimento envolve a mobilização de noções e conceitos relativos ao tempo e à história.

É relevante destacar que o ensino de História contribui para construção de um futuro melhor para os jovens, posto que fornece informações e instrumentos para compreensão da história do mundo, ou seja, estuda-se a própria vida de cada um. A enorme força que tem o ensinar história revela a possibilidade de acenar um futuro promissor ou não, mas não passível de ser perseguido.

A pergunta norteadora é como os desafios do ensino de história podem ser enfrentados nos anos finais da rede pública no novo contexto curricular ? .

Toda a pesquisa poderá dar suporte ao enfrentamento dos desafios que é repassar conteúdos de História para rede pública de ensino, mas não conclui, deixando em aberto para novos debates acerca do ensino de História nas salas de aula.

O ensino de História no novo cenário cultural

No Brasil, a história da disciplina História tem sido bastante debatida. Estudos feitos sobre essa disciplina englobam publicações acadêmicas, livros didáticos, diretrizes curriculares, projetos e formação de docentes. Como disciplina escolar, a disciplina História tem causado recorrentes preocupações na questão do ensino-aprendizagem que envolvem critérios e formas de seleção e organização curricular, como também os livros usados (didáticos e paradidáticos), metodologia e prática de ensino. Percebe-se ser um campo controverso, onde habita consensos políticos e teóricos, interesses e disputas (SILVA; BORGES, 2018).

Para Silva e Borges (2018) é possível verificar em diversos contextos da história brasileira a preocupação que o Estado tem com a criação de programas e currículos de História para educação básica. A partir do século XIX, especificamente entre os anos 1841 e 1951, surgiram 18 programas de ensino com reformas curriculares. Os textos contidos nesses programas são repletos de questões teóricas, objetivos e posições políticas que constituem não somente a função formal da História como disciplina escolar, mas também como matéria estratégica na construção ou manipulação do conhecimento da história no contexto escolar.

Nesse entendimento, passaram 13 anos da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e 14 anos do surgimento da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/96, o lugar que a História ocupa está diretamente interligado às intenções educativas explícitas na política educacional concretizada em 1990, bem como no cenário de desenvolvimento tecnológico, na globalização da economia e no período da democracia brasileira (BITTENCOURT, 2018).

Sabe-se que o repasse do conteúdo de história sempre é pautado num recorte temporal histórico, com inúmeras leituras e interpretações de figuras históricas situadas socialmente. O currículo escolar, assim como a História, não é um simples conjunto vago de conhecimentos escolares a serem avaliados, ensinados e aprendidos e sim parte de uma seletiva tradição ou um acurado exemplo de invenção da tradição (BITTENCOURT, 2018).

Fernandes (2018) diz que hoje é relevante identificar os conteúdos de História que estão sendo repassados em sala de aula, que de alguma forma, prejudicam as interpretações projetadas pelos alunos em suas vivências sociais. Isto é, a finalidade principal é fazer um exame detalhado dos conteúdos do ensino de História, compreendidos como seleções, saberes e proposições legitimados dentro da cultura. O objetivo dessa análise é, dependendo da disponibilidade de fontes documentais e também do período, identificar de forma histórica os assuntos sugeridos na legislação, em programas escolares, em livros e em currículos oficializados.

O argumento é que os assuntos formais de história são incluídos de forma parcial naquilo que o docente repassa, e representam apenas um percentual daquilo que os estudantes aprendem. Vale salientar que o processo de aprendizagem é bem mais amplo do que é determinado em lei ou em manuais e programas (FERNANDES, 2018).

De acordo com Bueno et al (2017) a preocupação com os assuntos de história vem da constatação de que, nos últimos decênios, existem discussões de diferentes proporções do que realmente deve ser repassado aos alunos, trazendo a atenção para quais tipos de conteúdos tem sido ensinado, as seleção destes assuntos, se são legitimados e em quais épocas.

Em decorrência desses múltiplos fatores que contornam os saberes escolares, Bueno et al (2017) dizem que tem sido bastante variável a seleção dos assuntos de História. Logo, parte deles continuam por conta de memórias resignificadas ou consolidadas nas tradições de ensino; ou recebem reforço nos materiais escolares e em vínculos com análises de instituições e do mercado editorial; ou recebem influência de discursos políticos e intelectuais e de planos educacionais apresentados ou renovados por diferentes regimes; ou são reduzidos ou amplificados por ações de movimentos sociais e recebem nova organização por meio de sistemas oficiais de avaliação da aprendizagem.

Neste contexto, argumenta-se que no ensino de História os conteúdos abrangem conhecimentos que incluem fatos, tempos, personagens e conceitos históricos em conjunto com seus entrelaçamentos em dissertações ou em narrativas para serem estudados na sala de aula. Entretanto, esse planejamento tem sido amplificado em distintas épocas para que outros propósitos ou exigências

educativas sejam inseridas, que vão mais à frente do conhecimento específico (SILVA, 2017).

Afirma Silva (2017) que no decorrer dos séculos, propostas do que ensinar história na escola recebeu novos moldes que podem ser encontrados na legislação, bem como em programas e materiais escolares. Uma das mais recentes solicitações para os assuntos de ensino de História corresponde ao valor concedido aos protagonistas que transformaram a história; outras diz respeito ao tratamento fornecido à história ensinada como uniforme, no sentido de não demonstrar incompatibilidades ou discussões sem esclarecer possíveis divergências; outras interpelam a preocupação em reconhecer as desigualdades, sejam estas econômicas, políticas, sociais, discriminatórias ou preconceituosas.

Além dessas questões, Silva e Borges (2018) alegam que existe ainda os movimentos sociais que em suas frequentes lutas por condições melhores de vida e por direitos, de forma legal, conseguiram tornar obrigatório sua inclusão como atores reconhecidos nos processos de transformação histórica. E reconhecendo esse direito, tem sido muito relevante reexaminar os valores e abordagens impostas à idealização de gerações, pelas concepções históricas disseminadas pela historiografia e no repasse de conteúdos históricos, corroborando com a exploração e a desigualdade por parte das elites e seus aspectos de superioridade.

Conforme Silva e Borges (2018) importantes questionamentos há alguns decênios têm incentivado reflexões acerca das escolhas da organização do tempo histórico nas ocasiões de ensino. Existem muitas observações e críticas quanto a apresentação única do tempo linear, que tem influenciado alunos a entenderem o trajeto incondicional dos acontecimentos, isso bloqueia o entendimento da história como escolha, construção, conflitos, negociações e embates.

Diante do exposto, nas últimas décadas, propostas para acabar com as únicas estruturas temporais foram sendo tecidas para que o ensino fosse valorizado seguindo a linha da relação do presente com o passado, e assim, contribuindo com o entendimento de cotidianos com a possibilidade de cada pessoa se projetar como sujeito histórico com a capacidade de poder examinar e agir nos acontecimentos da contemporaneidade. Como existe forte associação entre a educação e a sociedade contemporânea, na escola os conteúdos de história precisam também utilizar metodologias com o uso de novas tecnologias que facilitem o repasse de estudos

históricos por meio de ambientes digitais para que todas as fontes sejam consultadas e reconhecida sua veracidade (SILVA, 2017).

O docente e seu papel no ensino de História

O Ensino de História em grande parte das escolas é visto pelos alunos como o estudo de coisas do passado que aborda os primeiros meios de comunicação, o surgimento da escrita, da forma de vida dos homens antigos, dentre outros. Entretanto, estudar história abrange muito mais, uma vez que a história vive em constante transformação. Nesse sentido, o docente como mediador pode repassar conhecimentos confrontando o distante e o próximo, o geral e o específico, e assim, poderá contribuir para um trabalho que preze primeiramente a realidade concreta para em seguida envolver questões abstratas (SANTOS, 2019). Vale salientar que há livros didáticos que não conseguem fornecer aos professores como também aos alunos um direcionamento que incorpore um aprendizado pleno da disciplina. Isso acontece porque as metodologias indicadas nos currículo de história não se relacionam com o objetivo concreto da disciplina (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Para Soares e Monteiro (2019) discursar acerca do ensino de História é perceber a contribuição que essa disciplina dar na vida social dos estudantes, levando em conta suas próprias características. É sabido que o ambiente escolar representa um micro sistema da sociedade e nele são encontrados uma variedade de ideais, costumes e pensamentos, mas toda a diversidade precisa ser respeitada e valorizada pela escola, uma vez que cada ser humano tem sua singularidade com capacidades e habilidades distintas e são essas particulares que formam um conjunto, isto é, uma sociedade com os mais variados valores sociais. Assim, é fundamental que os professores se conscientizem da importância do aluno e sua condição de aprendiz. Um bom mediador trilha caminhos que instigue a busca pelo conhecimento e isso é alcançado quando os conteúdos despertam interesse nos educandos.

De acordo com Cabrini et al (2017)

A história estuda as ações dos homens, procurando explicar as relações entre seus diferentes grupos. Essas relações estão em permanente

movimento, são essencialmente dinâmicas e contraditórias. Produzir história, para nós, é procurar captar, recuperar essas relações que se estabelecem entre os grupos humanos no desenvolvimento de suas atividades, nos mais diferentes tempos e espaços. Em decorrência disso, necessitamos de um tipo de procedimento adequado aos fenômenos históricos, que estão sempre em movimento e que evidenciam manifestações contraditórias (CABRINI et al 2017, p.76).

Santos (2019) revela ser importante destacar que o ato de ensinar está associado ao conhecimento do outro, posto que não existe conhecimento finalizado e sim em constante transformação, portanto, é na transferência de informações que o conhecimento é desenvolvido, logo todos são aprendizes tanto professor quanto aluno, ambos tem a capacidade de ensinar e de aprender. Quando se fala de educação, sua construção não se limita ao ambiente escolar, pois a educação está em todos os ambientes sejam formais ou informais. Desta forma, é preciso compreender que a educação precisa ser estimulada e nem sempre existe motivação dentro da sala de aula, tanto por parte do professor, quanto por parte dos estudantes.

Na visão de Urban (2015)

O diálogo envolvendo o ensinar e o aprender História compreende o conhecimento e análise das ideias históricas de alunos e de professores. Trata-se de um olhar sobre a prática que centra seu foco na necessidade de se conhecer e analisar essa relação bilateral no que se refere ao conhecimento histórico, bem como a forma pela qual o trabalho com fontes históricas colabora para a formação das ideias históricas e da consciência histórica de crianças, jovens, alunos e professores (URBAN, 2015, p.121).

Ressalta Santos (2019) que o trabalho do professor é um ofício que vive em constante mudança (curriculares, organizacionais, extra-curriculares, etc), todas definidas em incessantes políticas e reformas educativas. Estas mudanças demanda dos educadores novas competências e novos papéis. Assim, o professor precisa está frequentemente se preparando para atuar no contexto escolar.

No entendimento de Santos (2019) a competência do educador não deve dispensar o controle dos conteúdos curriculares previstos para o ensino e sim repassar e julgar sua importância, relacionando seus conceitos básicos e, como parcela inerente desse domínio de conteúdos, ter a capacidade de repassar didaticamente, o que inclui saber gerenciar o ensino/aprendizagem com discernimento e aptidão para decidir quais assuntos devem ser transmitidos e em que sequência, bem como que tipo de tecnologia deve ser utilizada.

Na construção do conhecimento histórico, Bittencourt (2018) afirma que o docente precisa organizar sua didática pedagógica com base em variadas fontes históricas que contemple documentos escritos, registros orais, iconográficos, fotografias, filmes, testemunhos de histórica local, literatura, quadrinhos, etc. Esses conteúdos são essencial para a construção do conhecimento histórico que podem ser aproveitados nas aulas de variadas formas.

Vale salientar que o ensino de História também deve ser integrado com a tecnologia, para que o desenvolvimento social seja conciliado com a história geral, pois no mundo globalizado em que vivemos é necessário acompanhar a história sem deixar de lado o processo evolutivo de cada nação. Assim, as mídias digitais são de grande valia para estruturar aulas de história tornando-as bastante interativas e inovadoras (BITTENCOURT, 2018).

Segundo Silva e Borges (2018) existe uma visão peculiar na busca pelo ensino de História nas escolas que ultrapassa a simples reprodução dos conteúdos e se projeta mais como palco de construção e pesquisa de novos conhecimentos históricos. O propósito inicial é seguir um currículo previamente elaborado à nível oficial, contudo, esses currículos que muitas vezes tem cunho político deixa de concretizar mecanismos pedagógicos de emancipação humana.

Conforme Miranda e Schier (2016) no desenvolvimento pedagógico dos alunos, o professor de história é um auxiliador/mediador que transmite os conteúdos de forma apropriada, levando em conta limitações, idade e capacidades dos aprendizes, além do mais, o docente deve considerar aspectos externos que abrangem o conhecimento da matéria história como fatores econômicos, sociais e políticos do dia a dia dos estudantes, como também a localidade, a cultura e a própria história, desta forma, todos poderão absorver melhor os assuntos abordados, despertando assim a curiosidade e o interesse das ações cotidianas da sociedade.

Em História, o papel pedagógico, executado de forma adequada, desenvolve e forma sujeitos bem como impulsiona os estudantes a construir um senso crítico, seletivo, coletivo e participativo, com opiniões e reflexões que despertam o interesse na construção de sua própria história, que pode ser expandida para espaços bem maiores do que o meio onde vivem (MIRANDA; SCHIER, 2016).

3 História na rede pública de ensino

A História ensinada na rede pública de ensino e também na rede privada, ante as numerosas denominações indica um percurso de mudanças quanto aos conteúdos, aos objetivos e as metodologias educacionais do século XIX aos dias de hoje. No ensino de História, as transformações têm instigado discussões relevantes relacionadas aos problemas historiográfico e epistemológicos, assim como no tocante ao significado de sua rejeição e inclusão em projetos curriculares nacionais e internacionais (BITTENCOURT, 2018).

Em relação a contínua formação de docentes de história, Fonseca (2015) diz que hoje é necessário ter em mente que a formação e o papel de profissionais educativos encontra-se numa posição estratégica, uma vez que projetos de melhoria da qualidade do ensino está atrelado a qualidade da didática pedagógica dos educadores, sendo necessário que debates sejam ampliados para acabar de uma vez com as antigas ideias de requalificação e reciclagem. Nos dias atuais pensar a formação do professor, sobretudo professores da rede pública, envolve pensar ao mesmo tempo em diversos aspectos que compõem sua formação inicial, condições de trabalho, sua formação contínua e sua regulamentação de carreira.

Para Monteiro (2017) professores em início de carreira enfrenta um dos maiores desafios que é a escolha do conteúdo adequado que irá repassar aos alunos no tempo previsto. E no ensino de História torna-se complexo selecionar assuntos em pouco tempo de aula, uma vez que nessa disciplina o tempo de aula é reduzido, além do que, História é uma das matérias pouco apreciada pelos educandos e muitos professores dizem que os conteúdos poderiam ser simplificados, priorizando os fatos histórico, pois lecionar conteúdos extensos é bastante complexo.

Argumenta Monteiro (2017) que as questões ligadas à História não desperta interesse dos alunos porque aborda assuntos de um passado bem distante. Desse modo, o ensino de História precisa ser desconstruído, uma vez que os estudantes consideram uma matéria cheia de conteúdos que versa somente coisas antigas, que não necessita de entendimento apenas o trabalho de decorar.

Aduz Monteiro (2017) que o objetivo do professor de história não é a memorização dos assuntos e sim que todos os alunos o compreendam. Todavia, é

grande o desafio enfrentando pelos docentes, pois essa disciplina tem extensos conteúdos que não facilita o trabalho e o docente tem que selecionar temas que abranjam grande parte do conteúdo curricular que são essenciais e adaptá-los as circunstâncias de aprendizagem à realidade do aluno.

Um problema enfrentado por professores de História segundo Costa (2019) tem a ver com o caráter da cidadania e a consciência política das gerações futuras, formadas nesse cenário paternalista do ensino público. É percebido também um despreparo administrativo nas escolas públicas, bem como um desrespeito histórico que não prioriza a educação pública, fazendo elevar a crise na rede pública de ensino, levando os professores a exercerem sua profissão de forma inadequada e sem qualidade.

Para Costa (2019) a metodologia do ensino de história que valoriza a crítica e a problematização da realidade, coloca docentes e alunos como sujeitos que produzem conhecimento e história na sala de aula. Conseqüentemente, são pessoas históricas que no dia a dia resistem, atuam e lutam nos variados ambientes de vivência, facilitando assim, o conceito de cidadania.

Fonseca (2015) elucida que

A história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva, então deve ser pensada como disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora. Ensinar História processa-se, sempre, no interior de lutas políticas e culturais (FONSECA, 2015, p.134).

É necessário investigações constantes por parte do professor devido a exigência que demanda os conteúdos de História. Para incentivar alunos de rede pública é necessário que os próprios alunos tragam para sala de aula pesquisas, documentários, jornais, livros, revistas, dentre outros conteúdos com a finalidade de impulsionar uma organização coletiva. Os alunos devem ver fotos, filmes e objetos, além de serem levados a museus, cuja prática em escolas públicas é bastante restrita, posto que esse hábito ainda é pouco apreciado pelos brasileiros e não há uma lei pública que garanta esse tipo de experiência extra classe. Em vista disso, os conteúdos de história se tornam desinteressantes e maçantes e o trabalho docente não se concretiza adequadamente (FONSECA, 2015).

BNCC e História: desafios nos anos finais da rede pública

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, segundo Abreu (2018) é um documento de categoria regulamentária da educação básica brasileira que estabelece um conjunto de direitos e aprendizagens comuns que todo aluno deve ter acesso no decorrer de sua vida escolar, seja da educação infantil até o ensino médio. Essa base vale para toda categoria de instituição escolar, e precisa ser concretizada em toda rede de ensino a partir de 2021. A BNCC é uma proposta pedagógica, não se confundindo com currículo, que direciona Estados, municípios de Distrito Federal na construção de seus currículos de ensino a partir de sua implantação.

Segundo Abreu (2018) as competências específicas do ensino de História, conforme a BNCC, abrange análise, identificação, interpretação, comparação e contextualização, onde o aprendiz precisa expandir-se ao utilizar as habilidade que tem relação com os conteúdos, isso se aplica ao ensino fundamental. Em relação ao Ensino Médio, as habilidades e competências serão associadas às perspectivas de interdisciplinaridade, levando em conta todos elementos curriculares que envolve a área de Ciências Humanas (História, Sociologia, Geografia e Filosofia).

Para Santos e Pereira (2016) a BNCC é um tema bastante discutido ultimamente no ramo educacional, sendo considerada como importante instrumento para a gestão do currículo nacional.

Segundo o Ministério de Educação (MEC),

A BNCC vai deixar claro os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio. Com ela os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante instrumento de gestão pedagógica e as famílias poderão participar e acompanhar mais de perto a vida escolar de seus filhos (BRASIL, 2016).

Silva (2018) diz que é importante ressaltar que desde a aprovação em 1996 da Lei de Diretrizes de Bases, o ensino médio vem passando por um acirrado processo de disputa em relação as suas finalidades. O ensino médio passou por modificações curriculares de dimensão nacional, e isso ocorreu em cerca de 20 anos. Ocorreram dois decretos, duas mudanças na educação técnica profissional,

surgiu o ProEMI - programa indutor de reformulação curricular e larga escala de mudanças nas avaliações. As normatizações, dentre as propostas curriculares, fundamentaram-se em diferentes concepções conceituais ou mesmo opostas. Assim, o documento da BNCC vem direcionar o ensino médio em suas variadas peculiaridades que na rede pública de ensino é de suma importância dada as dificuldades enfrentadas pelos docentes no repasse dos conteúdos.

Nos instrumentos que orientam as propostas curriculares baseando-se em competências, Silva (2018) diz que há uma predominância de um conceito de formação humana assinalada pela ideia de adequação à adaptação, à lógica do mercado e à sociedade através de uma noção abstrata da cidadania. Essa fala também é marcada pelo não reconhecimento da importância da cultura como componente que produz, simultaneamente, a diferença e a identidade. O conceito de competência corrobora um entendimento de educação escolar que, antagonicamente, limita e certifica a formação para a autonomia.

Segundo Ribeiro (2018) no ensino de História contextualizar é uma tarefa fundamental para o conhecimento histórico e isso não é muito percebido nos alunos. Baseando-se em vários níveis de exigências, dos trabalhos mais simples aos mais preparados, os educandos precisam ser desafiados a contextualizar e aprender. Isto é, saber identificar e localizar um registro de atividades humanas, identificar lugares e momentos peculiares de um acontecimento. Toda tarefa de identificação é essencial para evitar atribuir significados e sentidos que não condizem com um período específico, região, comunidade ou grupo social. Portanto, é de suma importância que todos os alunos possam, em um contexto, identificar o período em que um evento histórico é examinado e em quais condições foi achado.

Na BNCC, independente do tempo de jornada escolar, é essencial que aja uma construção de metodologias educativas que promovam aprendizagens conforme as necessidades, os interesses e as possibilidades dos alunos, como também com os desafios que a sociedade contemporânea apresenta. Ou seja, é preciso levar em conta as diferentes infâncias e juventudes, as diferentes culturas e seu potencial de gerar novas maneiras de existir.

Nesse íterim, o papel desempenhado pela BNCC é fundamental, uma vez que demonstra as aprendizagens indispensáveis que todos os educandos devem expressar e construir, por conseguinte, a igualdade educacional na qual as individualidades devem ser reconhecidas e atendidas. Vale salientar que essa

igualdade também precisa valer para as oportunidades de acesso e continuidade numa escola, pois sem isso o direito de aprender não será concretizado.

No entendimento de Zamboni (2017) a educação no Brasil ainda tem muitos percalços que comprometem sua qualidade, problemas esses originários de outras questões além do currículo, todavia para a formação dos estudantes é preciso que ocorram mudanças nos currículos educacionais, pois no atual currículo há vestígios de acontecimentos históricos conturbados vivenciados pela nação brasileira.

Fazer com que a qualidade do ensino no Brasil se eleve, apontando claramente o que se deseja dos aprendizes, não é um trabalho simples, sendo necessário estruturar e organizar todo o currículo educacional, desde a educação básica até o ensino superior, pois existe um processo de transformação encadeado que oscila. É uma luta constante que atravessa a dimensão cultural e geográfica, bem como questões de políticas públicas existente no Brasil, é preciso equiparar rede pública com rede privada de ensino (ZAMBONI, 2017).

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O artigo abordou sobre os desafios do ensino de História nos anos finais da rede pública de ensino. As políticas educacionais da rede pública têm implementado sistemas de avaliação do ensino, e hoje a proposta está voltada para a centralidade do ensino em todas as instituições. Desta forma, predomina o equilíbrio do ensino, onde todos receberão os mesmos conteúdos. Essa proposta elencada na BNCC para o ensino de História pode elevar a qualidade da aprendizagem, na qual serão repassadas formas de contextualização dos conteúdos e assim as aulas de história poderão tornar-se mais estimulantes.

Para os conteúdos de História algumas solicitações envolvem o valor direcionado a protagonistas das mudanças históricas e há também as que questionam a identificação de desigualdades, sejam estas econômicas, sociais ou políticas e outras que se referem ao tratamento fornecido à história ensinada em sua homogeneidade, no sentido de não apresentar discussões que demonstrem divergências. Vale acrescentar que ainda hoje se percebe na rede pública de ensino muitas dessas desigualdades.

Nessas diferentes questões perpassam perspectivas para alinhar o currículo na formação dos alunos, integrando estratégias disciplinares no ensino de História. É preciso reconhecer e reavaliar as abordagens feitas hoje no repasse dos conteúdos dessa disciplina a fim de que o conhecimento da história seja disseminado levando em conta valores impingidos à imaginação das atuais gerações. Mesmo sabendo dos desafios enfrentados por professores de escolas públicas, um bom processo de ensino que direciona para aprendizagens plenas depende, principalmente, da capacidade que esses docentes têm em organizar diálogos e mediações entre as diferentes formas de conhecimento que estão à disposição dos educandos. O conhecimento necessário ao docente que ministra o ensino de História pode ser desdobrado e articulado conforme os anseios de pesquisa de cada aluno que se interesse, contribuindo assim, para o avanço educacional e curricular.

No novo contexto curricular da base nacional o desafio maior é sua generalidade e necessidade simultânea de ser objetiva e clara para um público heterogêneo, uma vez que em cada época a escola é sempre colocada a serviço de diferentes finalidades que no seu conjunto abrange o seu caráter educativo. É através das metodologias disciplinares, ministradas de forma global e articulada, que um conteúdo chega a sua real finalidade educativa, favorecendo o desenvolvimento de todos e assim os professores compreenderão sua relação com os objetivos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Richard. **Em poucas palavras, o que é a Base Nacional Curricular? Para entender a BNCC: dos anos finais ao ensino médio**. Disponível em: <https://richardabreu.com.br>. Acesso em: 07/11/2019.

ALVES, Alexandre; BORELLA, Regina Nogueira; CARVALHES, Leylah; OLIVEIRA, Leticia Fagundes. **Ligados.com: história** - 4º. São Paulo: Saraiva, 2016.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

.Reflexões sobre o ensino de História.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/0127.pdf>. Acesso em: 05/11/2019.

BUENO, André; ESTACHESCKI, Dulceli; CREMA, Everton; NETO, José Maria. **Um pé de histórias: estudos sobre aprendizagem histórica**. Rio de Janeiro: LAPHIS, Sobre Ontes, 2017.

CABRINI, Conceição; CIAMPI, Helenice; VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; BORGES, Vavy Pacheco. **Ensino de História: Revisão Urgente**. São Paulo: EDUC, 2017.

COSTA, Artur Nogueira Santos e. **Ensino de História na escola pública: percursos e práticas de currículos no ensino fundamental**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **Ensino de História e seus conteúdos**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200151. Acesso em 31/10/2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papyrus Editora, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_E.pdf. Acesso em: 05/11/2019.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. **A influência do ensino de História na educação infantil e formação do aluno**. Disponível em: <http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads>. Acesso em: 01/11/2019.

MONTEIRO, Maria Iolanda. **A formação docente e o ensino de História e Geografia no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental**. Disponível em: <file:///C:/Users/.pdf>. Acesso em: 27/10/2019.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Parecer técnico acerca do texto da Base Nacional Comum Curricular - História**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios>. Acesso em: 01/11/2019.

SANTOS, Abigail Pascoal dos. **Pedagogia lúdica: um estudo de caso no ensino de História**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil.**

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes>. Acesso em: 31/10/2019.

SILVA, Francisco Thiago; BORGES, Livia Freitas Fonseca. **Currículo e Ensino de História: uma estado do conhecimento no Brasil.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/edreal>. Acesso em: 25/10/2019.

SILVA, Marcos. **História: que ensino é esse?** . Campinas: Editora Papirus, 2017.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso.** Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex. Acesso em: 28/10/2019.

SOARES, Olavo Pereira; MONTEIRO, Juliana Renata Miguel. **De boas intenções o inferno está cheio: as metodologias de ensino nos livros didáticos de história.**

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/hist>. Acesso em: 10/11/2019.

URBAN, Ana Cláudia. **Aprender e ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** São Paulo: Cortez, 2015.

ZAMBONI, Marinez Chiquetti. **Base Nacional Comum Curricular e o impacto nos processos avaliativos do INEP da educação superior.** Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/> Acesso em: 10/11/2019..